

ATA DA V REUNIÃO DO NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS DO CÂMPUS SÃO MIGUEL DO OESTE

Aos catorze dias do mês de outubro de dois mil e vinte e um ocorreu a quinta reunião ordinária do NEABI – SMO. Participaram Ademir Juvencio da Silva, Alessandro Eleutério de Oliveira, Cristiane Brum dos Santos, Diego Nones Bissigo, Leandro Freitas Olivera, Noeli Moreira, Rafael de Sene e Talita da Silva Santiago. A ordem do dia era formada por: 1. Informes; 2. Apreciação e aprovação da ata da reunião anterior; 3. Estudo dirigido do Capítulo 2 (Povos indígenas) do Atlas Geográfico de Santa Catarina, sob a condução do Alessandro; e 4. Possibilidades de ações do núcleo para o mês da Consciência Negra. Após a aprovação da ata, Diego informou que o e-mail de convite à comunidade do IFSC seria enviado aos servidores com o prazo limite até vinte e nove de outubro para manifestação de interesse de participação no núcleo. Alessandro ressaltou a importância da participação dos novos membros do núcleo: o professor de História Leandro e a presidente da AFRODESMO Talita. Após isso, Alessandro fez a apresentação do Capítulo 2 (Povos indígenas) do Atlas Geográfico de Santa Catarina. O capítulo é de autoria de Luísa Tombini Wittmann e Clóvis Antônio Brighenti. Inicialmente Alessandro lembrou que os povos originários de Santa Catarina estão na região há milênios, como os Guarani, os Kaiagang e os Xokleng., que se dedicavam a diversas atividades “No geral, os Xokleng seriam mais caçadores-coletores que agricultores, enquanto os Kaingang apresentavam mais práticas de horticultura que caça e coleta, embora em menor escala do que os Guarani” (WITTMANN; BRIGHENTI, 2018, p. 39). Nesse sentido, de acordo com os autores, “o povo Guarani é exímio agricultor, dedicado mormente ao cultivo de mandioca, milho, amendoim, melancia, erva-mate e outras ervas medicinais, além das atividades de caça, coleta, pesca e navegação. O uso dos espaços, portanto, está diretamente relacionado às práticas de cultivo. De acordo com Melià (1988), a agronomia Guarani era mais sofisticada do que a europeia. Foram eles que abasteceram naus e viajantes desde o início do século XVI, embora o processo de colonização tenha provocado fissuras que limitaram a prática”(MEILÁ, 1988 apud WITTMANN; BRIGHENTI, 2018, p. 40). Outros destaques do texto dizem respeito à cosmovisão dos povos originários, baseadas em uma relação simbiótica entre o ser humano e a natureza; ao uso do termo “índio”, invenção colonial europeia que estereotipa e padroniza povos de matrizes civilizatórias diversas e complexas. Contudo, nas últimas décadas a palavra “índio” tem sido apropriada e ressignificada pelos movimentos sociais dos povos ancestrais, como estratégias de luta política e cidadã. Foi apresentado e discutido um fragmento do livro Memória visual, de autoria de Silvio Coelho dos Santos, que retrata, entre outros fatos, o processo de genocídio realizado durante

a conquista do território de Santa Catarina graças à ação dos bugreiros, milicianos assassinos que invadiam e assassinavam povos indígenas nas primeiras décadas do século passado. Ademais, Alessandro destacou a “tutela perversa” da política indigenista ao longo do século XX, na qual instituições como o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e a Fundação Nacional do Índio (Funai) foram responsáveis pela espoliação do patrimônio indígena. No caso de Santa Catarina, constam como crimes cometidos pelo Estado, dentre outros, o roubo das terras e do patrimônio indígena (madeira e arrendamentos) e a prática da tortura (WITTMANN; BRIGHENTI, 2018, p.45). Diego lembrou que em Nova Veneza (SC) foi erigido um monumento em homenagem a um dos fundadores da cidade, um imigrante italiano que foi um bugreiro. Este fato suscitou uma discussão sobre a heroicização da imigração europeia no estado tendo em vista a aclamação de pessoas ligadas ao genocídio dos povos ancestrais. Apesar disso, os autores resgatam as formas de resistência e luta desses povos: “denúncias nas vias administrativas e judiciais; manutenção da língua; continuidade de práticas agrícolas (desde a manutenção de técnicas à reprodução de plantas e sementes tradicionais); manutenção das práticas culturais, como o ritual do Kiki (culto aos mortos dos Kaingang) e a relação com o meio ambiente; articulação indígena para recuperar suas terras tradicionais e a negação da prática capitalista de conceber a terra como propriedade privada (como capital) e de produção para o mercado (WITTMANN; BRIGHENTI, 2018, p.47). Leandro lembrou que em São Miguel do Oeste pessoas indígenas são completamente invisibilizadas, tendo de sobreviver de atividades ligadas ao artesanato. Lembrou um episódio que testemunhou, no qual agentes policiais os intimidaram na praça central da cidade. Como sugestão de ação, o NEABI poderia realizar um curso para a polícia, sensibilizando estas pessoas. Noeli lembrou de uma experiência de infância, na qual testemunhou a defesa do extermínio de indígenas, o que ia de encontro ao que havia aprendido na escola, pois o Dia do índio era aprendido e celebrado como algo “legal” no processo ensino-aprendizagem. Lembrou que os índios que vendem artesanato em São Miguel do Oeste não moram na cidade, pois são nômades, fazendo passagem pelas cidades da região. Resgatou o livro de Adriano Larentes da Silva intitulado Fazendo Cidade: memória e urbanização no extremo oeste catarinense (SILVA, 2010). Noeli lembrou da importância e do poder de nomear, de modo que isso possa reproduzir relações de dominação no âmbito das relações étnico-raciais. Falou sobre a cosmovisão indígena, que concebe o ser humano como pertencente ao território e não o oposto como acontece na sociedade capitalista. Também narrou uma viagem que fez para o Morro do Corvo Branco em Santa Catarina, localizado na região de São Joaquim, onde teve contato com a comunidade Aiuê. Narrou a história sobre a origem do nome Aiuê, que leu na placa de uma estátua: “Contam os mais velhos que nessa região havia muitas famílias indígenas, as quais foram severamente perseguidas pelos colonos que aqui chegaram. Em meio a uma dessas perseguições, capturaram um casal de indiozinhos. Porém, a menina, por ser mais forte, relutou

contra seu agressor, e após arranhá-lo e mordê-lo, foi jogada ao chão e morta a golpes de facão. Seu irmão, assistindo a toda aquela covardia, sem poder fazer nada, gritava o nome da irmã: *Aiuerê! Aiuerê!*, mas pouco adiantava, pois sua irmã já estava morta. Certamente, a viagem prosseguiu, os colonos seguiram seu destino e o indiozinho levado por eles foi mais tarde adotado pelo seu senhor Pedro Zapelini, o qual batizou o seu nome de Ercílio Aiuerê, pois todos os dias, até a hora de sua morte, ele chamava pelo nome de sua irmã: *Aiuerê! Aiuerê!*. Esta história está gravada na estátua do indiozinho na localidade vistada pela professora, que fez considerações entre esta história e as estátuas que têm sido erguidas em homenagem aos colonizadores, capitais etc. Diego fez reflexões sobre como o ato de nomear constitui um ato de poder. (nomear um lugar e/ou um grupo). Essa nomeação pode ser ressignificada de forma positiva por nações que lutam juntas pelos direitos indígenas. Isso acontece em sociedade colonizadas, de modo que a identidade brasileira, por exemplo, foi constituída em oposição à portuguesa (“o inimigo comum”). Muitos estados nacionais africanos foram divididos pelos europeus com linhas retas passando por meio de grupos inteiros, mas acabaram mantendo muitas fronteiras e até adotando a língua do colonizador porque era uma forma de unificar aquelas populações e promover a suas próprias independências. Ressaltou o cuidado que o núcleo deve ter para não construir histórias maniqueístas nas quais existe uma dicotomia entre boons e maus, e sim compreender as pessoas em sua complexidade. Afirmou que resgatar estas questões e transmitir para o público-alvo seria um começo para o início de um processo formativo reflexivo sobre a história das relações étnico-raciais na região. Talita disse que este assunto foi conversado há pouco tempo em uma reunião da AFRODESMO na qual foi discutida a colonização de São Miguel do Oeste. Afirmou que na escola se aprende muito pouco sobre a importância dos índios, caboclos e negros para a formação da população local, pois sempre é enfatizada a imigração europeia, e assim “a gente cresce pensando, *bah*, bacana...E a gente veio de onde então?”. Disse que é uma negra cuja mãe veio do Rio Grande do Sul, e que sua avó era italiana, e que era difícil para sua família especificar suas origens, de modo que uma abordagem histórica mais apropriada não é desenvolvida nas escolas da cidade. É necessário realizar uma desconstrução desse processo. Disse também que o Atlas Geográfico de Santa Catarina é importante para realizar isso. E acrescentou que é incrível como em São Miguel os que vieram antes foram esquecidos e os que vieram depois são lembrados.. Após isso, o núcleo discutiu possibilidades de ações para a celebração do mês da Consciência Negra. Alessandro resgatou a reunião da *Comissão Local do pacto universitário pela promoção do respeito à diversidade, da cultura de paz e dos direitos humanos (CDH-SMO)*, ocorrida em vinte de setembro, na qual foi sugerida a realização de ações articuladas entre o NEABI e a CDH do câmpus. Alessandro sugeriu a realização de uma roda de conversa sobre branquitude. Talita afirmou que a AFRODESMO realizará ações em parceria com a UNOESC, e que poderiam também cogitar a possibilidade de

realização de ações com o NEABI-SMO. Após isso, a reunião foi encerrada. Eu, Alessandro Eleutério de Oliveira, lavro esta ata que será apreciada pelo núcleo para sua possível aprovação na reunião que acontecerá no dia quatro de novembro de dois mil e vinte e um.